



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE COREMAS • PODER EXECUTIVO • EDIÇÃO EXTRA

Lei nº 005 de 10 de Março de 1983 • Coremas, Quinta-feira, 16 de Dezembro de 2021

ATOS DO EXECUTIVO

PREFEITURA MUNICIPAL DE COREMAS
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 072, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021

Dispõe sobre a adoção de medidas preventivas e de combate à Pandemia por COVID-19 no município de Coremas e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE COREMAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Coremas – Estado da Paraíba; e

CONSIDERANDO que o Decreto nº 01 de 17 de março de 2020, que declarou a Situação de Emergência no Município de Coremas ante ao contexto de decretação de Emergência em Saúde Pública de Interesse Nacional pelo Ministério da Saúde e a declaração da condição de pandemia de infecção humana pelo Coronavírus (COVID -19), definida pela Organização Mundial de Saúde e o Decreto nº 14 de 02 de julho de 2020 que prorrogou o Estado de Emergência;

CONSIDERANDO que ainda surgem casos de contaminação no município de Coremas, inclusive com óbitos, tornando ainda necessária a adoção de medidas para inibir e retardar a velocidade de dispersão do vírus;

CONSIDERANDO que o Governo Estadual fez publicar o Decreto nº 41.431 DE 15 de julho de 2021, que adota e impõe medidas mais restritas à população do Estado, com o fim de combate ao COVID-19;

CONSIDERANDO que o art. 10, I da Lei Orgânica do Município de Coremas estabelece que é de competência do município legislar sobre assuntos de interesse local, em consonância com o art. 30, I da Constituição Federal e art. 11, I da Constituição do Estado da Paraíba;

CONSIDERANDO que o Município de Coremas vem adotando medidas de prevenção e enfrentamento da Pandemia por COVID-19, desde o dia 17 de março de 2020, tais como monitoramento de casos notificados, inspeções,

fechamento e reabertura gradual de atividades econômicas;

CONSIDERANDO que o município hoje está considerado como Bandeira Amarela pelo Governo do Estado da Paraíba, com nível de mobilidade moderada;

DECRETA:

Art. 1º. Fica estipulado que no período compreendido entre 16 de dezembro de 2021 a 02 de janeiro de 2022, no Município de Coremas, que os bares, restaurantes, lanchonetes, lojas de conveniência e estabelecimentos similares somente poderão funcionar com atendimento nas suas dependências das 06:00 horas até 03:00 horas do dia posterior, com ocupação de até 70% da capacidade do local, ficando vedada, antes e depois desse horário, a comercialização de qualquer produto para consumo no próprio estabelecimento, cujo funcionamento poderá ocorrer apenas através de delivery ou para retirada pelos próprios clientes no estabelecimento.

§1º Fica proibido a comercialização de bebidas alcólicas pelos estabelecimentos citados no caput deste artigo a partir das 03:00 horas do dia posterior, seja em por delivery ou para retirar no local;

§2º. Os estabelecimentos citados neste artigo ficam proibidos de funcionar com atendimento nas suas dependências das 03h00 às 06h00 do dia seguinte.

Art. 2º. No período compreendido entre 16 de dezembro de 2021 a 02 de janeiro de 2022, no Município de Coremas, fica permitida a realização de missas, cultos e quaisquer cerimônias religiosas presenciais poderão ocorrer, com ocupação de até 70% da capacidade do local.

Art. 3º. No período compreendido entre 16 de dezembro de 2021 a 02 de janeiro de 2022, no Município de Coremas, os estabelecimentos do setor de serviços e o comércio poderão funcionar até dez horas contínuas por dia, sem aglomeração de pessoas nas suas dependências e observando todas as normas de distanciamento social e os protocolos específicos do setor.

Parágrafo Único. Dentro do horário determinado no *caput* os estabelecimentos



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE COREMAS • PODER EXECUTIVO • EDIÇÃO EXTRA

Lei nº 005 de 10 de Março de 1983 • Coremas, Quinta-feira, 16 de Dezembro de 2021

poderão estabelecer horários diferenciados, em acordo com os seus funcionários, de modo a permitir que os seus empregados possam começar e encerrar a jornada em horários diferentes e alternados, com o objetivo de reduzir a aglomeração.

Art. 4º. No período compreendido entre 16 de dezembro de 2021 a 02 de janeiro de 2022, no Município de Coremas, a construção civil somente poderá funcionar das 06:30 horas até 16:30 horas, sem aglomeração de pessoas nas suas dependências e observando todas as normas de distanciamento social e os protocolos específicos do setor.

Art. 5º. No período de 16 de dezembro de 2021 a 02 de janeiro de 2022 e observando todos os protocolos elaborados pela Secretaria Estadual de Saúde e pela Secretaria Municipal de Saúde, as seguintes atividades poderão funcionar:

I - salões de beleza, barbearias e demais estabelecimentos de serviços pessoais, atendendo exclusivamente por agendamento prévio e sem aglomeração de pessoas nas suas dependências e observando todas as normas de distanciamento social, das 08:00 horas até 20:00 horas;

II – academias, observando o máximo de horas estabelecidos no art. 3º deste Decreto, e até 22h00 horas;

III – escolinhas de esporte;

IV – instalações de acolhimento de crianças, como creches e similares;

V – hotéis, pousadas e similares;

VI – construção civil;

VII – indústria.

Art. 6º. Fica autorizado o retorno das aulas presenciais nas escolas da rede pública municipal, no sistema híbrido, mantendo o ensino presencial e remoto, garantindo-se o acesso universal, a partir de 01 de novembro de 2021, devendo-se ainda adotar todas as medidas descritas nos parágrafos deste artigo, aplicadas às instituições privadas.

§ 1º No período compreendido 16 de dezembro de 2021 a 02 de janeiro de 2022, as escolas e instituições privadas dos ensinos infantil, fundamental, médio e superior localizadas no município poderão funcionar através do sistema híbrido.

§2º. Cada instituição de ensino está autorizada a funcionar com capacidade máxima de aluno presencial de 50% (cinquenta por cento) da capacidade máxima da sala de aula, mantendo o distanciamento mínimo de 1,5m (um metro e meio) entre os alunos, professores e demais funcionários.

§3º. As instituições de ensino de que trata este artigo deverão continuar disponibilizando aulas remotas para os alunos que não optarem por assistirem na forma presencial ou estejam impossibilitados, face ausência de vaga para participação presencial ou qualquer outra impossibilidade.

§ 4º As escolas e instituições privadas dos ensinos infantil e fundamental poderão realizar atividades presenciais para os alunos com transtorno do espectro autista – TEA e pessoas com deficiência.

§5º. Todas as instituições de ensino do município deverão seguir protocolos de prevenção adotados pelo Município, pelo Governo do Estado da Paraíba e pela Organização Mundial de Saúde, no que concerne ao afastamento entre todos que estejam nas dependências da instituição, ou seja, professores, alunos, funcionários, pais, visitantes e prestadores de serviço em geral, procurando-se assim evitar a transmissão do coronavírus.

Art. 7º. As instituições de ensino pública e particular do município deverão ser observadas as seguintes regras:

I – Evitar atividades que causem aglomeração na hora da entrada e saída da escola;

II – Evitar atividades que gerem aglomeração nas salas e áreas comuns da instituição, sobretudo intervalos e recreios;

III – Propiciar treinamento a todos os funcionários da instituição para implementação de práticas de higiene e distanciamento físico;

IV – Monitorar a saúde de funcionários e alunos;

V – Orientar de forma clara quem não pode ou deve ir a escola quando se encontrar na categoria de grupos de risco, sejam alunos ou adultos;

VI – Adotar procedimento de afastamento daqueles que apresentarem sintomas, sem que



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE COREMAS • PODER EXECUTIVO • EDIÇÃO EXTRA

Lei nº 005 de 10 de Março de 1983 • Coremas, Quinta-feira, 16 de Dezembro de 2021

se crie qualquer tipo de constrangimento, criando espaço para a separação temporária;

VII – Possibilitar o fácil acesso a lavatórios e locais estratégicos, mantendo-os sinalizados, com disponibilidade água e sabão, bem disponibilizar o acesso a álcool em gel;

VIII – Fazer a limpeza e higienização dos móveis das salas de aula entre cada alteração de grupo de usuários;

VIII – Orientar aos alunos, professores e demais funcionários a adoção de duas máscaras por turno escolar e higienização das mãos e calçados a todos quando chegarem na instituição;

IX – Adotar medidas de etiquetas respiratórias (cobrir a boca e o nariz quando for tossir ou espirrar; utilização de lenços descartáveis; evitar tocar olhos, boca e nariz; manter higienizadas as mãos etc);

X – realizar aferição de temperatura e oxigênio dos usuários das instituições;

XI – Garantir que os ambientes da instituição sejam o mais arejado possível, sobretudo as salas de aula, evitando-se o uso de ar-condicionados, realizando atividades educacionais em áreas abertas, sempre que for possível;

XII – Não poderão ser comercializados quaisquer alimentos no âmbito da instituição de ensino;

XIII – EXIGIR de cada aluno, professor e funcionário a adoção de garrafas próprias de água, evitando-se o uso de bebedouros e copos;

XIV – Notificar à Secretaria de Saúde do Município a ocorrência de casos suspeitos;

XV – Autorizar o acesso irrestrito e imediato dos fiscais do município a todo e qualquer ambiente da instituição de ensino.

Art. 8º - O presente decreto tem caráter flexibilizatório, podendo ser alterado acaso haja alteração da situação do município com relação ao COVID 19 ou descumprimento das regras descritas no art. 5º, 6º e 7º por uma instituição de ensino específica.

Parágrafo Único. Os efeitos e atos de flexibilização descritos neste decreto concernente às instituições ensino particulares poderão especificamente serem revogadas para a instituição de ensino que descumprir os

comandos desta norma, sem prejuízo de outras sanções aplicáveis.

Art. 9º. Ficam suspensas, no período compreendido entre 16 de dezembro de 2021 a 02 de janeiro de 2022 as atividades presenciais nos órgãos e entidades vinculadas ao Poder Executivo Municipal.

Parágrafo Único. Ficam autorizadas a funcionar por meio de atendimento presencial a Secretaria Municipal de Saúde e a Secretaria Municipal de Ação Social, desde que observados os protocolos de segurança e prevenção à contaminação por COVID-19.

Art. 10º. A Vigilância Sanitária do Município de Coremas por seus agentes, juntamente com representantes da Secretaria Municipal de Saúde, agindo com assistência e apoio da Polícia Militar e da Polícia Civil, serão os responsáveis pela fiscalização do cumprimento das normas estabelecidas neste Decreto municipal.

Art. 11. No período compreendido entre 16 de dezembro de 2021 a 02 de janeiro de 2022 ficam autorizados os eventos esportivos realizados em estádios e ginásios, que disponham de adequada circulação natural de ar, com limite máximo de público de até 30% da capacidade do local, estando as pessoas devidamente vacinadas e portando seus comprovantes (carteira de vacinação), nos quais constem a certificação do recebimento de primeiras doses, há pelo menos 14 dias, ou de segundas doses das vacinas para COVID-19.

Art. 12. No período compreendido entre 16 de dezembro de 2021 a 02 de janeiro de 2022 fica permitida a realização de eventos sociais e corporativos, com até 50% por cento da capacidade do local, observando todos os protocolos elaborados pela Secretaria Estadual de Saúde e pelas Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 13. No período compreendido entre 16 de dezembro de 2021 a 02 de janeiro de 2022 fica permitida a realização de shows, com ocupação de até 50% por cento da capacidade do local, observando todos os protocolos elaborados pela Secretaria Estadual de Saúde e pela Secretaria Municipal de Saúde, posto que já alcançado mais de 70% de munícipes vacinados.



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE COREMAS • PODER EXECUTIVO • EDIÇÃO EXTRA

Lei nº 005 de 10 de Março de 1983 • Coremas, Quinta-feira, 16 de Dezembro de 2021

§ 1º Nos eventos sociais na modalidade shows a serem realizados no Município deverá ser exigido dos frequentadores:

I – Apresentação, no ato de ingresso nos referidos locais, de testes de antígeno negativo para COVID-19 realizados até 72 horas antes dos eventos;

II - A demonstração da situação vacinal, sendo obrigatório ter recebido pelo menos uma dose há 14 dias, ou duas doses (esquema vacinal completo).

Art. 14. Os eventos que tratam os arts. 11, 12 e 13 somente poderão ocorrer até às 03h00 horas da madrugada do dia posterior ao início do evento.

Art. 15. Fica autorizado a instalação de parques infantis no município durante eventos festivos, que poderão funcionar até as 03h00 da madrugada, devendo os responsáveis observar todos os protocolos elaborados pela Secretaria Estadual de Saúde e pela Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 16 - Ficam proibidos reuniões, encontros, que causem aglomeração de pessoas, em locais públicos a partir da 03h00 da madrugada até às 06h00 do dia posterior.

§ 1º. Considera-se aglomeração de pessoas quando estiverem no local mais de 04 (quatro) pessoas.

§ 2º. Fica proibido a ingestão de bebidas alcóolicas em locais públicos bem como o uso de aparelhos sonoros de qualquer espécie, durante o período de 16 de dezembro de 2021 a 02 de janeiro de 2022 e no horário estabelecido neste artigo de segunda-feira a sexta-feira e nos sábados, domingos e feriados em qualquer horário.

Art. 17. Fica permitido, no período de 16 de dezembro de 2021 a 02 de janeiro de 2022, o funcionamento de circos, com 50% (cinquenta por cento) da capacidade, observando todos os protocolos elaborados pela Secretaria de Saúde do Município e pela Secretaria Estadual de Saúde.

Art. 18 - O não cumprimento das medidas impostas neste Decreto sujeitará aos proprietários dos estabelecimentos e/ou responsáveis legais, a:

I – aplicação de Multa de R\$ 1.100,00 (um mil e cem reais) caso não atendidas as orientações e determinações;

II – Multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) em caso de reincidência e Suspensão da licença de funcionamento resultando na interdição pelo prazo de 15 (quinze) dias;

§1º. Em caso de aplicação de multa, o autuado terá o prazo de vinte dias para apresentar defesa nos termos do art. 21 do Código de Postura do Município de Coremas;

§2º. Em caso de aplicação de penalidade, o agente autuador poderá expedir relatório circunstanciado e encaminhá-lo ao Ministério Público de Coremas, para análise da hipótese de incidência do tipo penal previsto no art. 268 do Código Penal.

Art. 19. Permanecem vigentes todas as demais determinações expedidas no Município de Coremas visando a erradicar a contaminação por COVID-19, bem como as determinações do Estado da Paraíba, desde que não sejam conflitantes com a presente determinação.

Art. 20. Os responsáveis pelos estabelecimentos comerciais, locais particulares de que trata este Decreto, que desatenderem a presente determinação ficarão sujeitos ainda:

I – Suspensão do Alvará de Funcionamento do estabelecimento quando for o caso;

II - Às penas descritas nos incisos do art. 10 da Lei Federal nº 6.437/77;

III - a apuração de ilícitos criminais, decorrentes de infração às medidas sanitárias preventivas (art. 268 do Código Penal) e de Desobediência (art. 330 do Código Penal);

IV - à suspensão do alvará de funcionamento, enquanto perdurar o estado de calamidade pública gerado pela COVID-19;

V - à interdição total ou parcial do evento, instituição, estabelecimento ou atividade pelos órgãos de fiscalização declinados neste Decreto.

Art. 21 - É obrigatório, em todo território do município, o uso de máscaras, mesmo que artesanais, nos espaços de acesso aberto ao público, incluídos os bens de uso comum da população, vias públicas, no interior dos órgãos públicos, nos estabelecimentos privados e nos veículos públicos.



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE COREMAS • PODER EXECUTIVO • EDIÇÃO EXTRA

Lei nº 005 de 10 de Março de 1983 • Coremas, Quinta-feira, 16 de Dezembro de 2021

Art. 22. Revogam-se as disposições em contrário. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Coremas, 15 de dezembro de 2021.

Irani Alexandrino da Silva
Prefeito Constitucional

PREFEITURA MUNICIPAL DE COREMAS
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 073, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2021

DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DO ART. 7º DO DECRETO Nº 59, DE 26 DE JULHO DE 2021 E ATENCIPAÇÃO DO SORTEIO DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO – IPTU PREMIADO EXERCÍCIO DE 2021 NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE COREMAS/PB.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE COREMAS, ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, com fundamento e

CONSIDERANDO o art. 7º da Lei nº 228/2021 o qual determina que o Poder Executivo Municipal detalhará o procedimento adotado para a realização da campanha IPTU Premiado Exercício 2021 no âmbito do Município de Coremas/PB:

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o disposto no art. 7º DO DECRETO Nº 59, DE 26 DE JULHO DE 2021.

Art. 2º O sorteio da Campanha Promocional de Arrecadação do IPTU Premiado ocorrerá através de ato público, seguindo os protocolos contra a Covid-19, o qual se dará na data de 21 de dezembro de 2021, as 10:00h da manhã por meio de procedimento manual, com sorteio de números entre 0 e 9, por quatro vezes consecutivas, já que os números dos imóveis no município são no formato milhar

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Coremas/PB, 16 de dezembro de 2021.

Irani Alexandrino da Silva
Prefeito Constitucional

